

CRISE DE HEGEMONIA NO BRASIL DOS ANOS 1980:

O PLANO CRUZADO E AS TENSÕES INTRACLASSES DOMINANTES

João Paulo de Oliveira Moreira¹

Resumo: O presente artigo se propõe a apresentar um aspecto da crise de hegemonia no Brasil da década de 1980, o das tensões e conflitos entre as frações das classes dominantes, a partir de uma análise dos debates em torno do Plano Cruzado. O conceito, elaborado pelo sardo Antonio Gramsci, é uma importante ferramenta teórica de interpretação das realidades em crise, fundamentalmente aquelas que vivenciam uma multiplicidade de poderes da classe dirigente e, conseqüentemente, o acirramento das tensões. À luz deste conceito, trabalharemos com a hipótese de que no âmbito econômico com o Plano Cruzado, através do congelamento de preços e da indexação generalizada, ocorreu um aprofundamento da crise e das tensões entre as classes dominantes brasileiras, deslocando significativamente o debate econômico e político para um modelo de acumulação capitalista baseado numa menor intervenção estatal e nas privatizações.

Palavras-Chave: Crise de Hegemonia; Plano Cruzado; Tensões intraclasses dominantes; Antonio Gramsci.

Resumen: El presente artículo se propone presentar un aspecto de la crisis de hegemonía en Brasil de la década de 1980, el de las tensiones y conflictos entre las fracciones de las clases dominantes, a partir de un análisis de los debates en torno al Plan Cruzado. El concepto, elaborado por el sardo Antonio Gramsci, es una importante herramienta teórica de interpretación de las realidades en crisis, fundamentalmente aquellas que experimentan una multiplicidad de poderes de la clase dirigente y, conseqüentemente, el agravamiento de las tensiones. A la luz de este concepto, trabajaremos con la hipótesis de que en el ámbito económico con el Plan Cruzado, a través de la congelación de precios y de la indexación generalizada, ocurrió una profundización de la crisis y de las tensiones entre las clases dominantes brasileñas, desplazando significativamente el debate económico y político para un modelo de acumulación capitalista basado en una menor intervención estatal y en las privatizaciones.

Palabras clave: Crisis de Hegemonía; Plan Cruzado; Tensiones intraclasses dominantes; Antonio Gramsci.

Alguns apontamentos sobre o conceito de Crise de Hegemonia

A década aqui estudada é entendida a partir da concepção gramsciana de “Crise de Hegemonia”, ou seja, uma multiplicidade de poderes, que devem ser entendidos como resultados das relações de forças materializadas no Estado. Ao longo da obra *Cadernos do Cárcere*, Gramsci entendeu a Hegemonia como *política*, no sentido de que é preciso encontrar o respaldo, de dois grupos distintos, os aliados e os opositores. Ao referir-se as forças políticas do Risorgimento italiano, o conceito foi apresentado como direção e dominação de classe. Direção das classes aliadas e dominação das classes adversárias (GRAMSCI, 1999, p.105).

Antes de Gramsci, a noção de “Hegemonia” estava ligada a um significado militar, mas também de dominação de um Estado sobre outro. Para a filósofa Chiara Meta (META, 2005), o

¹ Doutorando em História Social pelo PPGH/UFF; Mestre em História Social pelo PPGH/UFF.

termo teve muitas aplicações em diferentes contextos de pesquisa, sendo usado para designar uma conotação militar ou de dominação de um Estado sobre outro (como em Antonio Labriola). Houve, portanto, uma ruptura epistemológica e um salto qualitativo do conceito a partir de Gramsci, amadurecido após a sua estadia em Moscou e a observação da disputa pelo Partido Comunista da União Soviética, da repercussão negativa da Nova Política Econômica (NEP) e da crise de consenso entre o proletariado urbano acerca da liderança dos Bolcheviques.

A proximidade de Gramsci com o movimento operário e suas iniciativas nos conselhos de fábricas em Turim, no “Biennio Rosso” (1919-1920), permitiu-lhe vivenciar os desgastes sofridos pelas classes dominantes e a busca destas por novas estratégias de dominação, como a proposta do então Presidente da FIAT, Giovanni Agnelli, que no decorrer das ocupações de fábricas, propôs que a sua empresa se tornasse uma cooperativa coordenada pelos proletários. A proposta foi abandonada um mês depois, contudo, gerou expectativas entre os membros da Confederação Geral do Trabalho e contribuiu para quebrar a resistência do movimento de ocupação das fábricas pelos operários turinenses. Gramsci, ao discutir a questão, apontou que esse movimento fazia parte da nova estratégia assumida pela burguesia, que não conseguia governar frente os levantes dos trabalhadores das fábricas do norte e dos camponeses do sul:

No novo século, a classe dominante inaugurou uma nova política, de alianças de classe, de blocos políticos de classe, ou seja de democracia burguesa. Tinha de escolher: ou uma democracia rural, isto é, uma aliança com os camponeses meridionais, uma política de liberdade alfandegária, de sufrágio universal, de descentralização administrativa, de produtos industriais baratos; ou um bloco industrial capitalista-operário, sem sufrágio universal, com protecionismo alfandegário, com conservação do centralismo estatal (expressão do domínio burguês sobre os camponeses, especialmente no Sul e nas ilhas), com uma política reformista em face dos salários e das liberdades sindicais. Escolheu, não por acaso, esta segunda solução; Giolitti personificou o domínio burguês; o Partido Socialista tornou-se o instrumento da política Giolittiana (...) (GRAMSCI, 1973, Disponível em: <http://www.liberliber.it/biblioteca/g/gramsci/index.htm>).

Era percebido então que o capitalismo havia se complexificado, a tal ponto que a mera busca pela manutenção do poder econômico através da força política não garantiria a adesão das camadas subalternas, assim como a tomada de assalto do poder não significaria a destruição do Estado burguês, pois a presença de “casamatas” do Estado:

(...) criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo torna mais lenta e mais prudente a ação das massas e requer por conseqüência do partido revolucionário uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de maior fôlego do que aquelas que foram necessárias para os bolcheviques entre março e novembro de 1917 (GRAMSCI, 1973, Disponível em: <http://www.liberliber.it/biblioteca/g/gramsci/index.htm>).

Os comunistas turinenses haviam formulado de modo concreto a questão da ‘hegemonia do proletariado’, ou seja, da base social da ditadura proletária e do Estado operário. O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar, contra o capitalismo e o Estado

burguês, a maioria da população trabalhadora, o que significa, na Itália, nas reais relações de classe existentes na Itália, na medida em que conseguir obter o consenso das amplas massas camponesas (...) (GRAMSCI, 1973, Disponível em: <http://www.liberliber.it/biblioteca/g/gramsci/index.htm>).

Colocava-se então o desafio de aliar uma estratégia militar com um maior consenso político e capacidade técnica-gerencial, com o objetivo de alcançar às condições em que os bolcheviques russos já se encontravam desde a formação do seu partido. A proposta gramsciana é a de já antes da revolução provocar um deslocamento de forças num sentido revolucionário, capaz de assegurar com bases autônomas as conquistas da classe trabalhadora. Nesse caso, para a consolidação e o exercício da hegemonia passa a ser necessário um equilíbrio entre coerção e consenso, que é feito de forma gradual, molecular, aonde um grupo de intelectuais orgânicos mediante a ação de um partido ou uma entidade associativa elabora e introjeta a sua visão de mundo no Estado. Essa dupla articulação implica a busca, por um lado, de consenso no interior de um bloco de alianças e, por outro, de domínio sobre os adversários, que deve ser obtido por meio da força. Encontramo-nos diante de uma combinação de nexos que são indissociáveis.

O retorno aos textos de Gramsci nos tempos dos conselhos em Turim permite-nos concluir que a hegemonia nasce da fábrica e exige a constituição de um contrapoder operário desde o nível da produção. Como muito bem destacou Lincoln Secco, a hegemonia prevê a formação de um modo de produção alternativo sob controle dos trabalhadores, o que significa dizer que ela se assenta no mundo da produção, não ficando restrita à sua dimensão cultural:

(...) o mérito irrefutável de Gramsci foi realocar o termo ‘hegemonia’ (introduzido nos círculos socialistas pelos russos) para o contexto da especificidade do poder capitalista no Ocidente, onde as crises econômicas não abalavam tanto o Estado e a classe operária não só era dominada (passiva), mas concedia ‘voluntariamente’ o consentimento para a dominação burguesa, participando e legitimando suas instituições (SECCO, 1996, p.84).

No que tange a “Crise de Hegemonia”, ao perceber que nas condições históricas após a Primeira Guerra Mundial os partidos tradicionais não conseguiram dar respostas suficientes para as forças sociais em conflito, e assim emergiram inúmeras contradições que desembocaram em movimentos revolucionários ou “soluções de força”, nas palavras de Gramsci:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Como se forma estas situações de contraste entre representantes e representados, que, a partir do terreno dos partidos, reflete-se em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia, da alta finança, da igreja e, em geral de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento

político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto (GRAMSCI, 2011, p.60).

Essa crise de representatividade, ou o rompimento dos partidos tradicionais e das entidades associativas das classes dominantes com a política governamental, representa à chamada crise de hegemonia, restando às diversas frações dominantes do capital a promoção de um rearranjo de poder e da recomposição do pacto de dominação, de modo a orientar as bases com as quais serão defendidos os interesses da burguesia na sociedade política. O sentido deste fenômeno aponta para as formas de sua realização em um período histórico no qual a classe dominante já perdeu a capacidade de assimilar a seu projeto os grupos subalternos.

O cientista político Alvaro Bianchi defendeu que o cenário da década de 1980 no Brasil foi marcado por uma crise política articulada organicamente com uma crise econômica, cujos principais sintomas eram: a) baixas taxas de crescimento do PIB; b) Elevadas taxas de inflação; c) queda da formação bruta do capital fixo; d) escalada dos pagamentos referentes a amortizações e juros da dívida interna e externa; e) déficits fiscais recorrentes; f) agudos conflitos trabalhistas; g) proliferação dos partidos políticos; h) emergência de uma representação política e sindical autônoma da classe trabalhadora; i) ausência de consenso em termos-chaves do ordenamento político nacional (BIANCHI, 2001, p. 9-10).

Estes elementos foram os principais formadores da crise de hegemonia desta década, ou seja, de uma crise da representação/direção empresarial articulada a significativas quedas na taxa de lucros e a retomada organizativa, no âmbito institucional-legal, de partidos e organizações da esquerda no espectro político. A hegemonia é pensada, prioritariamente, na sua relação com a democracia em um dado tipo de regime, isto é, num sistema democrático representativo. Posto isso, o aparato jurídico-legal em tal regime favoreceria a passagem molecular dos grupos dirigidos para os grupos dirigentes, a classe/fração de classe deveria unificar em torno de seu projeto um bloco mais amplo, marcado por contradições de classe, ainda que com o consenso ativo dos subalternos. Todavia, não era este o cenário dos anos 1980 no Brasil.

O Cenário da crise em meio à transição política

A década de 1980 iniciou-se com dificuldades de manutenção do modelo econômico das décadas anteriores, devido à escassez externa de financiamento, agravada pela segunda crise do petróleo, somando-se às contradições do padrão de acumulação capitalista brasileiro, o que levou o governo a adotar uma política econômica monetarista e ortodoxa, com a contenção da expansão

monetária, aumento da taxa de juros e corte dos investimentos estatais (FISHLOW, 1988, p.168; 182). O corte nos investimentos estatais ficou a cargo da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest-Seplan), cuja finalidade era enquadrar as políticas de investimento à política de contenção orçamentária do governo, o que eliminava o papel anticíclico que os investimentos do setor produtivo estatal haviam assumido até o momento.

A “credibilidade” internacional do país passou a ocupar um lugar central nos discursos políticos e na grande imprensa, sendo usado o precedente da recessão enquanto forma de estabilizar a economia e atrair novos empréstimos externos, que chegaram em quantidade insuficiente para manter o ritmo de crescimento almejado, aumentando a dívida externa do país de US\$ 53,8 bilhões em 1980 para US\$ 61,4 bilhões em 1981 de acordo com os dados do Banco Central. Este quadro levou o governo a novas desvalorizações cambiais e à ampliação da dívida interna como instrumento de captação de renda junto ao capital privado, em troca do crescimento de suas obrigações financeiras com os credores internos.

Tal estratégia levou o capital privado a progressivamente passar da condição de devedor a credor do governo, apropriando-se de títulos públicos protegidos da erosão inflacionária pela política de indexação e juros altos, o que preservou a remuneração do capital monopolista diante do agravamento da crise e da erosão inflacionária, mantendo a recomposição de alguns setores empresariais no bloco do poder e o governo, também beneficiando a fração da burocracia instalada no setor produtivo estatal, haja vista que as grandes empresas estatais participaram da ciranda financeira como instrumento de remuneração. As dificuldades se agravaram após as eleições de 1982, com a progressiva desagregação da direção política do regime empresarial-militarⁱ, marcando um processo de crise e colapso de suas estruturas, definido da seguinte maneira pelo historiador David Maciel:

Na origem e na determinação desse processo estava a confluência entre o agravamento da crise econômica, a consolidação da arena da disputa política definida pela institucionalidade autoritária e o fortalecimento progressivo da capacidade de direção política do campo de interlocução liberal. O agravamento da crise econômica nessa etapa foi produto da potencialização dos desequilíbrios gerados pela crise do padrão de acumulação capitalista, ainda na década de 1970, e pela estratégia de acomodação adotada a partir do colapso do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (MACIEL, 2004, p.279).

Tal quadro levou as diversas frações do bloco no poder a alimentar divergências com a política econômica operada pelo governo, formulando projetos alternativos frente à crise do período. Iniciava-se um embate por projetos hegemônicos no seio da sociedade política brasileira, que naquele momento estabeleceu um acordo com o FMI, na tentativa de diminuir o déficit na balança de pagamentos e na desindexação dos salários em relação à inflação, desenvolvendo um

compromisso de estímulo às exportações, redução das importações de bens de capital e um novo arrocho salarial (FISHLOW, 1988, p.180).

Houve um esforço de síntese acerca do entendimento da crise por parte do Fórum Gazeta Mercantil, que solicitou a elaboração de estudos a um grupo de economistas sob a coordenação do economista Pedro Malan, encarregado da parte de problemas externos. As questões sociais e os problemas internos também foram objeto de análise, no que acabou se tornando o livro “FMI X Brasil: a armadilha da recessão”. Na análise desta obra, Sebastião Velasco e Cruz destacou o fato de que não há nenhuma menção às chamadas “questões desenvolvimentistas” ou a intervenção do Estado na resolução da crise, restringindo as análises a recessão e as dificuldades de superação da mesma, eclipsando assim um debate mais amplo para o período (CRUZ, 1992, p. 56).

Ocorreu uma alteração deste quadro de “segundo plano” da política desenvolvimentista, com a melhoria das condições externas no ano de 1984, haja vista que a produção do setor industrial cresceu 7% em relação ao ano anterior, principalmente na indústria de transformação e na indústria extrativa mineral, acarretando um superávit de US\$44,8 milhões em transações correntes da balança de pagamentos, o que não significou um reescalonamento da dívida externa e muito menos a superação do quadro recessivo (ABREU, 1992, p. 408).

Nesse quadro recessivo, foi priorizada a “ciranda financeira”, a julgar que com a captação de recursos junto ao setor privado, o governo recorreu às desvalorizações cambiais, elevou os juros e manteve a indexação dos títulos públicos, direcionando os recursos das estatais para o sistema financeiro e ampliando o seu próprio déficit e a inflação. Portanto, tanto a recessão quanto a inflação servia para alimentar um ciclo vicioso, que gerava a dívida pública interna e externa, contudo, deveras virtuoso para a remuneração do capital monopolista na conjuntura de crise e diante de uma tendência de queda da taxa de lucros, como bem explicou Maciel:

Desde que a espiral inflacionária indexou todos os valores, inclusive os salários, a correção monetária perdeu a função de remunerar preferencialmente o capital. A partir disso, a remuneração do capital monopolista passou a exigir uma indexação nova e privilegiada às custas das dívidas interna e externa do Estado, levando este a reinvestir seus lucros em títulos do Tesouro, como as ORTN's, e no overnight. A rentabilidade deste último, garantida pelos juros altos, atraía tanto o capital desviado da produção como as rendas da classe média, seduzida pela possibilidade de proteger suas poucas reservas (...) Ao mesmo tempo, a chamada “ciranda financeira” possibilitava a captação de recursos para o setor público junto ao setor privado, destinados ao pagamento dos compromissos derivados do endividamento externo (MACIEL, 2004, p.283-284).

Nesse momento ocorreu um processo de estatização da dívida externa, chegando no mesmo ano de 1984 a tornar-se mais negativa a dívida do setor público em detrimento do privado, já que do total de US\$91,1 bilhões, somente US\$19,3 bilhões eram do setor privado (ABREU, 1992, p.410). Tal processo desencadeou uma política de cortes orçamentários das estatais, prejudicando

fundamentalmente o setor industrial e promovendo um acirramento na disputa pelo excedente econômico entre o setor público e o setor privado, além de desnudar a incapacidade do governo em conduzir a política econômica para um novo padrão de acumulação capitalista. Foram nessas condições históricas que ganharam ênfase, segundo Sebastião Velasco e Cruz, duas perspectivas econômicas entre as frações hegemônicas do capital, indicativas de um novo padrão de acumulação: o desenvolvimentista e o neoliberal.

O primeiro teria emergido de um processo de aproximação entre setores do empresariado e economistas vinculados ao PMDB, a partir do processo de renovação das lideranças empresariais em importantes Entidades Empresariais, tais como: FIESP, CNI e a FIRJAN, a partir do ano de 1980. O discurso desenvolvimentista saiu em defesa da manutenção da expansão rápida da economia, da consolidação e diversificação da base industrial com o desenvolvimento de setores de tecnologia de ponta, ampliação da produção agrícola e combate à sonegação. A estruturação desta linha programática se deu através da Comissão para o Plano de Governo (COPAG), em documento apresentado no mês de janeiro de 1985, aonde é atribuído ao Estado um papel crucial numa conjuntura de superação da etapa de substituição das importações.

Quanto à perspectiva neoliberal, Cruz apontou para o fato de que seu discurso propunha um conjunto de medidas que ia desde a austeridade financeira, o saneamento do déficit público, a redução do papel econômico do Estado, maior abertura ao capital externo e as privatizações de empresas estatais (CRUZ, 1992, p.58). O debate acerca das privatizações já rondava o Estado brasileiro desde os anos 1970, mas ganha impulso na década de 1980 com um contexto internacional de ascensão neoliberal e crise econômica profunda no país.

O Plano Cruzado (1986) e as disputas intraclasses dominantes

Nesse momento o Ministério da Fazenda acabou sendo ocupado por Dílson Funaro, vinculado a perspectiva desenvolvimentista, que passou a dar um enfoque heterodoxo na política econômica brasileira, com a assessoria de Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manuel Cardoso de Mello. Ocorreu um fortalecimento do Ministério do Planejamento com a elaboração, por parte do economista João Sayad e de sua equipe, do documento intitulado “Notas para o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República”, cujos objetivos eram: a) o combate do déficit público e previdenciário; b) renegociação da dívida externa; c) amplo pacto social para definir a política de preços e de rendas (MATOS, 2002, p. 71-73. ; SAYAD, 2001, p. 158).

Sayad era adepto das teses inercialistas, defendidas pelos economistas da PUC-RJ, André Lara Resende e Pérsio Arida, em que a moeda indexada correria paralelamente à moeda oficial indexando os reajustes de todos os preços até a sincronização. Existiu também outra proposta, defendida por Francisco Lopes, que também defendia a sincronização, só que por meio de um

congelamento temporário dos preços, ocorrendo segundo o economista, que a inflação anterior seria apagada e a futura seria anuladaⁱⁱ.

Mas a proposta adotada foi a dos economistas da PUC-RJ, com a integração de Resende e Arida ao Ministério do Planejamento ainda no ano de 1985. Em agosto do mesmo ano, a política econômica foi direcionada para uma rota de indexação generalizada, na busca pelo reequilíbrio dos preços, para David Maciel, com essas medidas o governo acabou criando as condições suficientes para a implementação de um “choque heterodoxo” na economia brasileira:

Já em setembro, a fórmula de cálculo das correções monetária e cambial deixou de basear-se na média trimestral para voltar a ser mensal. O objetivo era evitar a propagação do índice de 14% da inflação de agosto para o índice de setembro e permitir que os índices de correção monetária e cambial acompanhassem a inflação mais de perto, orientando reajustes mais constantes, porém, menores. Nesta perspectiva, a recuperação dos preços públicos, bastante prejudicados pelo congelamento de abril, poderia se dar de forma mais suave. Como consequência disso, o controle da base monetária se afrouxou e a taxa de juros caiu, demonstrando uma reversão nas prioridades da nova equipe econômica em comparação com a anterior. As variações da ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) passaram a orientar os reajustes de preços, a taxa de câmbio e os ativos financeiros, funcionando como germe de uma futura moeda indexada. (...) O impacto destas medidas sobre a taxa de inflação foi visível, promovendo-se queda de 9,1% em setembro e 9% em outubro. Em dezembro, o governo aprovou um “pacote fiscal” com vistas a resolver o problema do déficit público para o ano seguinte, eliminando a necessidade de financiamento do setor público para o ano seguinte e excluindo as correções monetárias e cambiais da dívida projetada em 1986 (MACIEL, 2012, p. 111).

Vale mencionar que no mesmo mês de setembro, a dinâmica externa estava marcada pela imposição de uma desvalorização do dólar por parte do FED, o que obrigou uma coordenação forçada das políticas macroeconômicas dos principais países do capitalismo central, que reunidos no Hotel Plaza em Nova York, estabeleceram o chamado “Acordo de Plaza” (1985), cujo objetivo era impedir bruscas flutuações nas principais moedas de reserva internacional (FIORI, 1993, p.32).

O Acordo de Plaza foi uma negociação entre os países do G-5 (EUA, Japão, Reino Unido, Alemanha e França), em que os envolvidos “comprometeram-se” com a abertura dos mercados, com políticas de redução de déficit e adoção de taxas de juros mais baixas. Ainda no mês de setembro de 1985, o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, anunciou uma série de medidas que ficaram conhecidas como Plano Baker, que em linhas gerais propunha o financiamento de projetos de desenvolvimento, com conversão dos débitos em ações de empresas dos países devedores, onde tal mecanismo deveria operar vinculado aos empréstimos do Banco Mundial enquanto um instrumento que pudesse fazer avançar a liberalização econômica.

O enfoque dado com o Plano Baker introduziu duas alterações importantes na política econômica internacional, que afetaram diretamente o Brasil: 1) O Plano incorporou “produtivamente” a pressão protecionista interna, instrumentalizando-a como ameaça para extorquir o assentimento dos interlocutores dos EUA às exigências de sua política; 2) Na mesma medida em

que reconheceu o caráter global do problema da dívida e indicou um tratamento mais brando para os países periféricos devedores, o Plano direcionou para a mesa de negociações os temas da agenda comercial, pressionando estes países a implementarem “reformas estruturais”, tais como a liberalização do comércio exterior, a desregulamentação da atividade empresarial, a Lei de Informática e a privatização de empresas públicas.

Mesmo com as medidas aqui tomadas e somados a situação internacional apresentada, a taxa de inflação retomou uma tendência de alta em novembro de 1985, com os índices subindo para os “temíveis” 14%, o que levou o governo a mudar o índice oficial de sua medição, substituindo o Índice Geral de Preços medido pela Fundação Getúlio Vargas, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

No quadro geral, a economia seguiu com a tendência de elevação do Produto Interno Bruto iniciada no ano anterior, com um crescimento de 8,4% %, graças ao superávit da balança comercial de US\$12,4 bilhões, mas a dívida externa subiu de US\$ 91 bilhões para US\$95,8 bilhões, além do balanço de pagamentos ter fechado o ano com um déficit de US\$3,2 bilhões (ABREU, 1992, p.408-409).

Com o fracasso da política gradualista e com o quadro econômico debilitado, a opção pelo choque heterodoxo foi acelerada com a elaboração do Plano Cruzado, que foi pensado a partir de economistas das mais diferentes matrizes teóricas (inercialistas e estruturalistas/pós-keynesianos), condensando a proposta de congelamento de preços e de reforma monetária e indexação generalizada. Entre janeiro e fevereiro de 1986, o Brasil chegou ao inacreditável patamar de 517% de inflação, de acordo com o Índice Geral de Preços da FGVⁱⁱⁱ.

Após inúmeras reuniões dos membros do Ministério da Fazenda, do Planejamento, do Banco Central, do IBGE e de economistas ligados às teses inercialistas, em que temas como déficit público, reajustes salariais, congelamento de preços, reforma monetária, entre outras questões, o Plano Cruzado foi anunciado e editado em 28 de fevereiro de 1986, com um discurso do Presidente José Sarney conclamando à população a fiscalizar o congelamento de preços. Nascia então a figura dos “fiscais do Sarney”, estruturando-se assim a adesão popular imediata ao plano (SARDENBERG, 1987, p. 231).

Para Bier, Paulani & Messenberg (Bier, Paulani & Messenberg, 1987), os economistas vinculados a perspectiva Pós-Keynesiana, presentes no Ministério da Fazenda, enxergaram o choque na sua forma heterodoxa como uma “freada de arrumação”, que permitiria a estabilização dos juros, favoreceria os investimentos produtivos e restabeleceria as regras estáveis para o processo de formação de preços. Além, do fato de que os instrumentos de política econômica estavam sob o controle do Ministério da Fazenda, ou seja, seriam os pós-keynesianos que conduziriam o plano.

Com a implementação, o plano estabeleceu uma nova moeda nacional (Cruzado), que substituiu o Cruzeiro na base da conversão de mil cruzeiros (Cr\$1000,00) para um Cruzado (Cz\$1,00), os preços foram congelados, assim como os salários na prática também o foram, pela média dos seis meses anteriores acrescidos de um abono de 8% (MACIEL, 2012, p. 142). Também era previsto no plano um mecanismo de “gatilho salarial”, em que ocorreria o reajuste automático dos salários quando a inflação acumulada após o Cruzado atingisse o índice de 20%.

Nesse momento foi acirrada a disputa entre as frações das classes dominantes, sobretudo entre os setores industrial e comercial, haja vista que a prática de inclusão da inflação futura nos contratos a prazo criou uma situação conflituosa, exigindo a sua renegociação, com pressões de todas as partes.

Segundo Paul Singer (SINGER, 1987), o governo foi incapaz de controlar o sistema de preços e fiscalizar o congelamento, o que se tornou visível para os setores do pequeno e médio capital e o setor de serviços, que conseguiram aumentar seus preços com maior margem de liberdade, gerando uma transferência de renda dos setores monopolistas para estes, reforçando uma posição antiestatista por parte dos primeiros, devido o congelamento de preços, considerado uma “afrenta” as leis do mercado e ao princípio da gestão privada.

Os embates entre as frações dominantes do capital ficaram cada vez mais claros, com uma compilação de artigos escritos por alguns dos intelectuais orgânicos das classes dominantes, organizados pelo jornal “Folha de São Paulo”, em um livro chamado “A Tragédia do Cruzado”, foram resgatadas algumas das críticas e as raras defesas feitas ao Plano Cruzado no ano de sua implementação.

Algumas pequenas e médias empresas foram beneficiadas pelo Cruzado, e tiveram em Boris Tabacof, diretor do departamento de economia da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), um importante porta-voz na defesa da extinção da correção monetária presente no plano:

O lucro apresentado nos balanços era menos afetado pela realização de operações normais da empresa -fabricar, transformar, montar, prestar serviços, vender- do que pelas influências ativas e passivas da correção monetária. Empresas há que aparecem como altamente lucrativas, apesar de deficitárias nas operações para as quais foram criadas. E vice-versa. A febre financeira contagiava a todos, na ânsia de escapar da verdadeira doença degenerativa que atacava os ativos monetários. O resultado foi desviarem-se as poupanças, grandes e pequenas, dos investimentos reprodutivos, cujo retorno era mais lento, menor e até mais arriscado que a mera especulação financeira (TABACOF, Folha de São Paulo, 1986).

Já Laerte Setúbal, então diretor da Duratex, e um dos empresários que assinou o “Documento dos oito”, importante manifesto empresarial pautando a transição política do regime empresarial-militar pra a democracia representativa burguesa, seguiu um caminho contrário e

demonstrou preocupação com a massiva adesão popular ao plano e pediu uma efetiva desestatização das empresas do país:

(...) zerar a inflação é um passo de extrema coragem, mas não é dado de forma isolada. Compete, agora, administrar com mão de ferro os gastos das 186 empresas estatais e iniciar a promoção efetiva do programa de desestatização, em busca de melhores condições para assegurar o desenvolvimento através do progresso harmônico nos campos econômicos, político e social (SETÚBAL, Folha de São Paulo, 1986).

O vice-presidente do Grupo Sharp, Luiz Paulo Rosenberg, propôs soluções as contradições que o Cruzado apresentou nos meses iniciais, em artigo denominado “Os Limites do Possível^{iv}”. O empresário defendeu medidas corretivas que passavam pelo corte das despesas públicas e do aumento de impostos e dos juros, mas evitou uma crítica mais incisiva ao plano. O grande capital comercial apresentou inúmeros problemas em relação ao Cruzado, sobretudo pelo congelamento dos preços, haja vista que o tabelamento de grande parte dos produtos ocorria na ponta do consumo, impedindo os comerciantes de aumentar seus lucros pela majoração dos preços, além de levar a um “atrito” com os seus fornecedores.

Os representantes do capital bancário também marcaram uma posição crítica as medidas tomadas pelo governo, principalmente pelo congelamento da taxa de juros, considerado o principal termômetro para se avaliar o perfil inflacionário. O então diretor do Centro de Estudos Econômicos do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), João Luiz Mascolo, defendeu uma substituição por moeda dos títulos da dívida pública vencidos a cada mês, ou seja, um resgate da dívida sem a rolagem da mesma, proposta esta que se coadunava com a do banqueiro Antonio Carlos Lemgruber, vice-presidente do Banco Boa Vista.

A crítica liberal mais acintosa partiu do dono da revista Visão, Henry Maksoud, ao considerar que foi revogada a lei da oferta e da procura com o congelamento dos preços, além do governo não ter atacado os principais inimigos: o déficit público e a expansão monetária. Para o historiador David Maciel, as alterações significativas no quadro político-econômico a partir do Cruzado, se deram da seguinte maneira:

Em primeiro lugar, o plano congelou a taxa de câmbio, sem desvalorização prévia, adotou uma política de juros baixos e proibiu a indexação de ativos financeiros com prazo inferior a um ano, prejudicando diretamente o capital “portador de juros”, principalmente os bancos e os setores exportadores. Apesar das contrapartidas criadas, como o surgimento de um mercado interbancário, que flexibilizou e barateou o acesso dos bancos à liquidez; a autorização para cobrança dos serviços bancários; a recompra pelo governo dos títulos públicos e o próprio aumento relativo dos depósitos bancários devido à diminuição da velocidade de circulação da moeda; no geral, os bancos perderam. Particularmente porque,

com o fim da inflação, eliminou-se uma fonte importante de recursos do sistema financeiro, em especial com o saque da maior parte dos depósitos em poupança, gerando até mesmo desvalorização patrimonial das instituições bancárias (...) o plano comprimiu o mercado de capitais, sobre o qual incidia a maior parte dos impostos criados com o pacote fiscal do ano anterior. (...) ao congelar os preços, o plano estabeleceu uma disputa acirrada entre fornecedores e distribuidores, cada qual querendo aumentar seus lucros por meio da redução de custos em cima do outro setor. O conflito entre capital industrial e capital comercial se acirrou, gerando perdas de ambos os lados (MACIEL, 2012, p. 146-147).

Logo após a implantação do plano, a economia já dava sinais de descompasso, com aumentos na produção industrial, mas escassez de produtos básicos, como carne e leite, desenvolvendo assim uma inflação oculta no país, além de um excesso de liquidez com a expansão da oferta de moeda gerada pela remonetização da economia. O cenário se agravou com as pressões das diversas frações do capital pelo descongelamento dos preços, o que levou as frações dominantes do capital a exercerem uma violenta pressão contra o governo, como a desencadeada pelos ruralistas sob a liderança da UDR^v, que passou a reter o envio de boi gordo para o abate com vistas à obtenção de melhores preços.

Sebastião Velasco e Cruz, defendeu a ideia de que com o Cruzado, o Estado passou a ser alvo de críticas a partir de dois ângulos: a) por parte dos empresários, que denunciaram-no pela ingerência indevida, arbítrio e redução da margem de ação; b) os economistas criticavam a incapacidade do governo em operacionalizar o plano, devido à reduzida autonomia frente aos interesses privados. Mesmo com esse quadro, o então Presidente Sarney insistiu na manutenção do congelamento de preços, mas como tentativa de reduzir o déficit público e de desaquecer a demanda foi lançado um plano de investimentos, o “Plano de Metas” de Sarney, ou o “Cruzadinho”.

Considerações Finais

À guisa de conclusão, o presente artigo se propôs a apresentar o cenário de “Crise de Hegemonia” no Brasil dos anos 1980, a partir de um dos seus aspectos, o econômico. Nesse sentido, ressaltamos que a primeira condição para a hegemonia é a unidade entre as classes dominantes, mesmo admitindo suas divisões e contradições internas. Quando não há isto, é possível se instalar uma crise de hegemonia, mesmo que as classes subalternas ainda não tenham atingido um nível decisivo de resistência e de contestação da ordem. A multiplicidade de poderes, a proliferação de partidos políticos institucionais e a crise de representatividade entre a classe dirigente são alguns dos sintomas desta crise.

O cenário econômico do período era de elevadíssimas taxas de inflação, escalada dos pagamentos das dívidas internas e externas, escassez de recursos externos, queda acentuada no PIB

etc., consorciado a um momento de transição política no país, o Brasil passou a viver articuladamente um cenário político e econômico de alta instabilidade. Ao longo do período foram inúmeras as tentativas de ajuste fiscal e estabelecimento de planos macroeconômicos com o objetivo de amortizar a crise. Focamo-nos apenas no Plano Cruzado e seus desdobramentos, qual seja as disputas intraclasses dominantes.

De maneira sucinta, as principais medidas do Plano Cruzado foram as seguintes: introdução de nova moeda, regra de conversão de obrigações contratuais, congelamento de preços, desindexação, conversão dos salários para cruzados, indexação dos salários, a taxa de câmbio foi utilizada como âncora do sistema etc., todavia, longe de representar um consenso no seio das classes dominantes, o Plano Cruzado acirrou os ânimos e deflagrou uma cisão entre setores empresariais que defendiam a maior liberalização da economia e do outro lado, setores que defendiam a ingerência estatal como mecanismo de resolução da crise. Posto isso, reafirmamos, que o nosso intento foi o de jogar luz a um dos diversos aspectos que representaram a profunda crise econômica e política dos anos 1980, década de extrema aridez, mas também de fundamental relevância para compreender a dinâmica de nossa história recente.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.) A Ordem do Progresso. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BIANCHI, Alvaro. Hegemonia em construção. A trajetória do PNBE. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. Crise, política e economia no pensamento gramsciano. Novos Rumos, São Paulo, nº36, 2002.

_____. Estratégia do contratempo: notas para uma pesquisa do conceito gramsciano de hegemonia. Cadernos CEMARX, nº4, 2007.

_____. O Laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política. São Paulo, Alameda, 2008.

BIER, Amaury Guilherme; PAULANI, Leda & MESSENERG, Roberto. O heterodoxo e o pós-moderno: o Cruzado em conflito. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FIORI, José Luis & TAVARES, Maria da Conceição. Desajuste Global e Modernização Conservadora. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1993.

FISHLOW, Albert. Uma história de dois presidentes: economia política da gestão da crise. In: STEPAN, Alfred (Org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GRAMSCI, Antonio. Cuadernos de la Cárcel, Tomo I, México: Editora Era, Universidade de Puebla, 1999.

_____. Cadernos do Cárcere, Volume 1, Civilização Brasileira, 2011.

_____. Cadernos do Cárcere, Volume 2, Civilização Brasileira, 2011.

_____. Cadernos do Cárcere, Volume 3, Civilização Brasileira, 2011.

_____. Cadernos do Cárcere, Volume 4, Civilização Brasileira, 2011.

_____. Cadernos do Cárcere, Volume 5, Civilização Brasileira, 2011.

_____. Scritti politici III. A cura di Paolo Spriano. Roma: Editori Riuniti, 1973.

Edizione elettronica: progetto Manuzio, 2009. Disponível em:

<http://www.liberliber.it/biblioteca/g/gramsci/index.htm>.

_____. La costruzione del Partito Comunista (1923-1926), Torino: Einaudi, 1971.

MACIEL, David. A Argamassa da Ordem: Da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

_____. De Sarney a Collor: Reformas Políticas, Democratização e Crise (1985-1990), São Paulo: Alameda/ Goiânia, Funape, 2012.

MATOS, Patrícia de Oliveira. Análise dos Planos de Desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND, Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.

META, Chiara. Un convegno sul concetto di egemonia, 2005. Disponível em: <http://www.gramscitalia.it/egemeta.htm>. <Acessado em: 04/06/2017>.

SARDENBERG, Carlos Alberto. Aventura e Agonia: nos bastidores do Cruzado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SAYAD, João. “A Estabilidade da instabilidade”. In: BASTOS, Evandro Oliveira (Org.). Sarney: o outro lado da história. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SECCO, Lincoln. “Crise e Estratégia em Gramsci”, In: BRAGA, Ruy; COGGIOLA, Osvaldo; DIAS, Edmundo Fernandes; MASSARI, Roberto; SECCO, Lincoln (Org.), O Outro Gramsci, São Paulo: Editora Xamã, 1996.

SETÚBAL, Laerte. “Tem que dar Certo”, Folha de São Paulo, 09/03/1986, In: A Tragédia do Cruzado, São Paulo: Folha de São Paulo, 1987

SINGER, Paul. A Crise do “Milagre”: Interpretação Crítica da Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. O dia da lagarta: democratização e conflito distributivo no Brasil do Cruzado. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TABACOF, Boris. “O Começo do Processo Regenerador”, Folha de São Paulo, 01/03/1986, in: A Tragédia do Cruzado, São Paulo: Folha de São Paulo, 1987.

ⁱ Acerca do caráter de classes do golpe, ver: DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981; FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, cap.7, p.289-366; MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia, Revista História & Luta de Classes, Nº1, 2005. ; O'DONNELL, Guillermo. Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários: São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1987, p.9-75.

ⁱⁱ As teses inercialistas consideravam que o processo inflacionário brasileiro havia adquirido uma dinâmica própria, em decorrência da indexação generalizada dos preços a partir da correção monetária, a taxa de inflação seria formada pela expectativa futura dos agentes econômicos, que antecipando-se a possíveis perdas, aumentavam os preços abusivamente. Portanto, a inflação anterior era corrigida pelos mecanismos da correção monetária, todavia passava a existir uma “inflação da inflação”, que a reproduzia em escala ampliada (MACIEL, 2012, p.108-109; SAYAD, 2001, p.155-165). Vale dizer que os economistas Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manuel Cardoso de Mello não eram adeptos das teses inercialistas, creditando a inflação ao caráter oligopolizado da economia brasileira.

ⁱⁱⁱ Ver o verbete “Plano Cruzado” do CPDOC/FGV, In: verbete: Plano Cruzado, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cruzado>

^{iv} Folha de São Paulo, 03/07/1986.

^v A União Democrática Ruralista é um importante Aparelho Privado de Hegemonia das frações agrárias tradicionais do capital, ou seja, àquelas vinculadas a grande propriedade e a defesa da mesma.